www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA ISBN: 978-65-87289-08-3

GT 65. Patrimônios e Museus: narrativas em disputa e processos decoloniais

Coordenador(es):
Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)
Thaís Fernanda Salves de Brito (UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

Patrimônios e museus vem apresentando instabilidade incomum numa configuração de narrativas em disputa. Se estas agências apresentam-se como refratárias à ação do tempo preservando acervos milenares e sendo regidas por regimes jurídicos que as protegem, pesquisas recentes apontam para conflitos pautados por projetos de futuro para sociedades plurais. Argumentos evocam destombamentos, repatriamentos de objetos, fechamentos e/ou reestruturação de museus, releituras de objetos, aparelhamentos de antigos museus por cultos religiosos, destituições de leituras antropológicas dos objetos, novos enquadramentos para as exposições. Somos surpreendidos por proibições de exposições, imposição de contéudos, disputas estéticas. Por outro lado, processos decoloniais vem abrindo espaço para saberes insubmissos trazidos pela resistência de povos outrora silenciados, como os povos indígenas. Patrimônios e museus tornam-se ferramentas de lutas pela cidadania e pela igualdade social. Surgem os museus sociais, os museus indígenas, as museologias colaborativas, a auto-inventariação de conhecimentos tradicionais, demandas por patrimônios imateriais e tombamentos acionados pelos chamados "detentores", protagonistas de suas histórias de vida. Este GT pretende abrigar trabalhos de pesquisa em torno desta temática, tendo como eixo central a defesa do papel da Antropologia no campo de Patrimônios e Museus no sentido de afirmar o direito às diferenças e à visibilização de narrativas insubmissas.

Interpretando nuances: Mulheres Kaingang monolíngues e bilíngues do Projeto Memória Indígena do MAE-UFPR

Autoria: Caroline Leonardi de Quadros (UFPR)

Na intenção de trabalhar uma história contra-hegemônica acerca do contato dos povos indígenas residentes do estado do Paraná com a sociedade abrangente, uma equipe transdisciplinar fora constituída em meados dos anos 80. Essa equipe de pesquisadoras formava o Projeto Memória Indígena, ou PMI, que hoje compõe o acervo documental do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná. O intuito de preencher as lacunas da história ocidental sobre o contato foi realizado por meio de viagens até as terras indígenas Marrecas e Rio das Cobras, ambas no oeste paranaense, onde a equipe compilou o total de 148 fitas cassete contendo entrevistas com indígenas Kaingang, Guarani e Xetá. Devido a característica populacional das duas TIs visitadas, o número de entrevistados Kaingang era superior aos demais grupos. E dentre essas fitas cassete, 38 das narrativas dispõe de vozes de mulheres Kaingang. A partir da audição das fitas e análise da materialidade dos documentos, foi possível perceber não só as diferenças entre as entrevistas de homens e mulheres Kaingang, como também os contrastes que as entrevistas com mulheres monolíngues e bilíngues mantinham entre si. A reflexão do work passa por essas distinções, vendo-as como oportunidade de trazer questões relativas à gênero na sociedade Kaingang dentro de uma coleção etnográfica e os possíveis usos desse material para abarcar uma forma de memória de mulheres Kaingang contemporâneas em relação às mulheres Kaingang do PMI.

 ISBN: 978-65-87289-08-3

Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização: **Apoio:** **Organização:**